

O espírito da Europa

Falar do espírito da Europa neste momento de evidências e de euforia, entre nós, pode parecer, à primeira vista e de certa maneira, uma repetição, mais ou menos, expressiva, do que muita gente, a esse respeito, poderá esperar que se diga. E nos discursos de circunstância — e tantos são eles, nestas ocasiões — é quase constante a atitude hossânica, quanto ao que chamamos, com tanto entusiasmo como de auto-flagelação, «entrar na Europa». E acrescentamos, em modos de pobreza agradecida, que isso é um grande coisa para Portugal e que devemos estar gratos à C.E.E. e ao Parlamento Europeu, de sermos recebidos como membros de pleno direito. A tônica é, pois, o devermos ser nós a estarmos gratos à «Europa» pelo acolhimento que, digamos assim, acabou por nos «conceder».

Quer-me parecer, porém, que a atitude mais correcta deve ser outra. Se tem algum sentido falar-se em Europa e se tem algum significado falar-se no seu espírito, quem deve estar grato pela nossa participação, juntamente com a Espanha, deve ser essa mesma Europa por termos entrado, ainda que tarde, numa instituição que, para ser Europa, faltávamos indiscutivelmente, nós, os peninsulares. Assim como continuam a faltar outros povos que à Europa pertencem e ainda não estão incluídos numa comunidade que, para ser verdadeira e eficiente, tem de coincidir com o espírito profundo que dela emana.

Em verdade que a ausência de Portugal e da Espanha numa Europa de Pátrias e comunidades, se há Europa, como expressão e mensagem, se há espírito europeu, como força política a construir e como realidade cultural a assegurar, num mundo em convulsão, tornava-se um verdadeiro pecado de *lesa-política de lesa-espiritualidade*, de lesa-história europeia que Portugal e a Espanha estivessem *ausentes*. Isto porque não é possível considerar, na sua integridade, na sua funcionalidade, na expressão espantosa e permanente daquilo

que a Europa é e sobretudo, daquilo que ela pode ser, se a tomarmos como constituída só por países economicamente poderosos, no ponto de vista industrial e se excluíssemos os que trabalharam séculos para que a Europa se constituísse, como convergência espiritual e política.

Verdadeiramente, repito, podemos dizer que, sem Portugal e sem a Espanha, a ideia da Europa, elaborada para o Mercado Comum, não podia ter nem credibilidade nem operacionalidade. E assim diremos que estamos perante uma reparação, ainda que tardia. Como podia conceber-se uma Europa se continuasse a não estar um dos seus dois países, uma das duas nações exclusivamente atlânticas ocidentais que são Portugal e a Grã-Bretanha? Ou sem um dos seus dois estados, simultaneamente, atlânticos e mediterrânicos — a Espanha — quando já lá estava a França?

Estas omissões davam à ideia da Europa um conteúdo mais mercantil que estratégico, mais industrial que humano. Davam a ideia de uma comunidade mais contabilística do que efectivamente realizada como espírito comunitário e mensagem inter-política e cultural, como sempre foi. a verdade, para além dos nossos contrastes, há, desde sempre e verdadeiramente, uma sobrevivência comum chamada Europa. Sem essa sobrevivência comum, nunca a Europa se poderia ter constituído ou ser concebida como uma area criadora, com uma homogeneidade que vai muito além da geografia. Pois não foi a Europa, no seu conjunto que resistiu às chamadas invasões dos bárbaros do século v ao século x e os integrou ou soldou à sua história comum, expulsando aqueles que dela não queriam fazer parte? Há uma Europa do gótico e uma Europa do barroco, assim como uma Europa que se esforça por conciliar em unidade de sucesso, ameaças vindas de todos os lados e sempre sobrevivendo. Europa ameaçada que teria sossobrado, no século VIII, sem Bizâncio, assim como este império teria arrastado a Europa na sua queda, sem a Península Ibérica no século XIV. Que viu os turcos às portas de Viena, no século XVI, quando os portugueses já os combatiam no Indico. Uma Europa de experiência e comparação que não teria colonizado, desde o século XV, sem o direito romano e as tentativas mediterrânicas, para esse efeito. Assim como não teria chegado ao mundo inteiro dos séculos XV a XX, sem a experiência humanizada do Cristianismo, face às realizações da sua presença nos novos mundos da América e da Ásia, nos séculos anteriores. Importa lembrar neste comentário ao espírito da Europa que se esta é a multiplicidade das Nações e dos Estados, é

também a Europa da vitória da conciliação e da convergência, sem ter de passar pelas forcas caudinas da centralização política.

A Europa e as áreas que se desenvolveram sob a sua influência, constituem exemplos únicos da unidade política bem sucedida, de que a Áustria foi uma verdadeira escola. É preciso lembrar, que, sem esse espírito de convergência, não teria sido possível o prodígio de educação política quotidiana que é o equilíbrio entre o poder central e o poder regional do feudalismo da Europa rica e do senhorialismo na Península Ibérica, pobre, ou na Europa das cidades livres. É indispensável lembrar o comportamento da Europa dentro da unidade espiritual do Papa do século IX ao século XV, no respeito intangível da sua essência, das diversas nacionalidades e regiões, constituindo diferentes artes e diferentes culturas, a partir de uma mesma matriz, na generosa diversidade nas suas expressões, que vão desde a pintura românica catalã, ou desde os frescos italianos do século XIII, das grandiosas igrejas românicas que visam representar o esplendor da presença quotidiana de Deus no mundo, até à pintura flamenga do quotidiano do século XV e XVI ou à interioridade espiritual e activa dos painéis portugueses de Nuno Gonçalves. As igrejas e as catedrais, as cidades regulamentadas por leis escritas, arruadas e fortificadas mostrando ser possível uma vida apertada e comum, a partir do conceito cristianizado de cidadão. Dimensão única construída na Europa, a partir de uma vivência política livre, constantemente vigiada, desenvolvida verificada e aplicada nos seus modos, com todos os riscos, de Londres a Roma, de Lisboa a Paris, de Barcelona a Viena, em Braga, Toledo, St. Germain, Cracóvia ou Praga. Afinal, na Europa, são tantas as manifestações de unidade profunda quantas as expressões de perigo real que ela pode ter corrido.

Esta realização tardia da entrada de Portugal e da Espanha no Mercado Comum e no Parlamento europeu corrige, afinal, o que, a não ocorrer, seria uma traição à própria Europa. Assim se avança na reconstrução, na actualidade, de um todo que, no meio das divergências e confrontos, sempre foi um todo, sempre existiu como tal, sempre sobreviveu porque, como unidade ameaçada, assim se soube comportar. E sempre tem corrido perigo quando, nesta Europa industrial dos séculos XIX e XX, as fábricas indispensáveis se tornaram mais importantes que as igrejas, as cidades multitudinárias mais influentes do que as comunidades, os mercados mais significativos que as pátrias e o Estado mais considerado que o cidadão. Isto é,

quando se esqueceu que a Europa, o espírito europeu, é unidade sem imposição da uniformidade, que, na Europa, não se soma mas integra-se, que a unidade espiritual europeia é a razão fundamental da sua força, desde que se conserve o essencial do seu espírito que é a convergência dos esforços na diversidade das suas manifestações. Unidade espiritual que se realiza tanto na teorização e na analítica teológica, como na disciplina e aprofundamento da observação, levados a efeito em todos os momentos do dia a dia e que é também a base do seu sucesso tecnológico, desde o século VII até hoje.

O espírito europeu não é fácil. Enunciar, que nós, europeus, defendemos a unidade na diversidade, quer, sobretudo, dizer que não desistimos nem de uma nem de outra. Não queremos atingir a unidade subalternizando a diversidade, nem queremos exorbitar da diversidade dispensando a convergência onde todos nos encontramos, quer queiramos quer não. Neste equilíbrio sempre precário, sempre vigiado, sempre medido, se gerou uma solidariedade que assenta em razões profundas. Uma delas, sem dúvida, alguma é a unidade geopolítica a que chegámos. Mas esta dimensão só dispõe de força operativa quando se insere no essencial da sua missão, isto é, quando conserva e aplica a diferencialidade aos espaços da sua influência. Essa exigência é o princípio da unidade voluntária, o direito ao crescimento em diferença, na obrigação de não abandonar aquilo que une os homens que é a sua intrínseca dignidade espiritual que os torna irremediavelmente cidadãos, sem poderem deixar de ser homens de consciência e confissão. Essa dignidade de pessoa, dentro do padrão comum da consciência, pode variar na sua expressão pública mas o que nunca pode negar é o direito à liberdade interior, face a qualquer força externa. A conquista essencial do Cristianismo. Pertence ao espírito da Europa, assim alqueivado, considerar que o homem, quaisquer que sejam as pressões externas e a força delas se constrói em termos de consciência sensibilidade e razão ponderando num debate interior os meios de equilíbrio que exprimem e conduzem à pessoa humana.

A primeira dimensão do espírito da Europa é precisamente esta certeza da pessoa, herdada do mundo grego, romano e judaico, sublimando-se no Cristianismo. Este dá o passo fundamental de a declarar possível e necessária a todos os homens, qualquer que seja a categoria social ou, até, inteligência. A meditação, a arte, a literatura, a vivência, expressas em diferentes estilos e modos, não fazem mais do que representar, através dos meios materiais, que vão dos edifícios à palavra escrita e falada, essa capacidade criadora, inerente ao equilíbrio

íntimo da construção pessoal coerente, essa capacidade de dar à representação do mundo exterior recursos oriundos das forças inalteráveis e condutoras da intimidade humana. É este o apelo de Cristo, consolidado no espírito europeu, de que a pessoa humana é sempre susceptível de verdade, e de justa acção para consigo e para com o próximo, tornada perceptível a todos os homens pela Igreja cristã e por ela evocada em drama quotidiano. Espírito que consegue alcançar expressão plástica na criação artística ou no pensamento que analisa, defende e desenvolve a coerência espiritual do homem, através dos instrumentos da razão, não solitariamente, mas dirigido, também, ao mundo exterior. É ainda o espírito europeu que na política, na ciência, na arte consegue apresentar, sem fusão a pessoa dentro do grupo, sem repudiar nenhum deles, manifestando-se simultaneamente, dual e convergente. Assim aparece na Filosofia e na Teologia, na expressão literária, em todas as propostas da arte onde se realizam e conciliam estas duas situações do homem, o pessoal e o comunitário. E na cultura portuguesa, essa dualidade, intrínseca ao espírito europeu, a importância persuasiva do grupo, sem prejuízo do papel decisivo da pessoa, aparece na sua sensibilidade quotidiana, mas também de uma forma superior, nas grandes obras em que ela se exprime e onde o drama vivencial se integra, sem perder a força, nas exigências de uma atmosfera colectiva. Esse mesmo equilíbrio entre o pessoal e o social, procurado no espírito europeu, o encontramos nós na construção na literatura medieval, indo até ao romance, onde a pessoa se diferencia do meio e vive nele a sua própria lógica. Assim o encontramos, desde os extremos do desafio das situações contaminadas, como no Tristão e Isolda, até aos dramas da solidão multitucionária, expressos hoje, em Camus, Orwell, Thomas Mann ou Soljenitzine. E assim vive também, em espírito europeu, na cultura portuguesa. O direito à expressão individual com sentido, essência europeia que em nós encarna, vive nas nossas estátuas jacentes, na representação portuguesa dos santos, particularmente expressiva na tensão pessoal que todos procuram exprimir. Na nossa cultura, em suma.

Portanto o espírito da Europa nascido e amadurecido, lenta e vigorosamente, no respeito insaciável da pessoa, sem suprimir os direitos das comunidades, sempre teve na cultura portuguesa uma expressão vigiada e própria, expressa na sua arte e literatura, assim como na sua política, ao garantir a conciliação possível entre a ordem e a liberdade.

O espírito da Europa da dimensão própria e necessária do social e do colectivo encontra-se em todas as culturas europeias, chega ao mundo bizantino, manifesta-se tanto no retrato como no modelo. A consideração do caso particular, sem prejuízo do seu significado integrado ou geral, une a cultura europeia. Aparece tanto na *Chanson de Roland* como no poema de *Cid*, na *Divina Comedia*, nos *Lusíadas* ou na *Guerra e Paz*. E quando o Renascimento alterou os estilos e as formas, não alterou, antes ampliou, a necessidade dessas duas dimensões, a pessoal, ou particular e a geral. E se existem, na cultura europeia, as inevitáveis exorbitâncias de uma e de outra, são elas, apesar de tudo, mais raras do que o seu equilíbrio.

As expressões máximas da cultura portuguesa exprimem uma consciência penetrante dessa combinação essencial entre o pessoal e o colectivo, tópico característico do humanismo europeu. A este respeito não é mal lembrarmos, de novo, os *Lusíadas*, epopeia moderna de factos reais onde, ao lado de Portugal, a Europa se define e se desenha no encontro pacífico entre Vasco da Gama e o rei de Melinde, símbolos convencionais de dois mundos que nunca mais deixariam de conviver.

Esse espírito europeu é ainda levado a manifestar-se na montagem sistemática da comunicação da cultura, através das escolas, na certeza, subjacente ao espírito europeu que o acesso à cultura é tanto um direito, como uma possibilidade, comum a todos os homens. Toda a pedagogia europeia assenta nessa certeza, desde São Tomás a Montaigne, Comenius, Pestalozzi, Froebel ou S. João Bosco. O espírito europeu manifesta, em profundidade, que as mudanças dos homens e das sociedades se fazem a partir de propostas orientadoras da pessoa ou do real, articuladas na certeza de que a verdade está ao nosso alcance. O espírito da Europa entende, assimila da melhor forma, partindo desse princípio, correndo os inevitáveis riscos de que as criações do espírito são intrinsecamente livres e responsáveis, mas nunca definitivas. É a mensagem que nós encontramos em todas as culturas europeias e naturalmente, na portuguesa.

O espírito da Europa, no domínio do exercício da razão, partindo da certeza de que a verdade é possível, aceita sempre que a conciliação também o é, e fá-lo pela junção, sem hierarquia, do concreto e do particular com o abstracto e o geral. Atitude que encontramos na descoberta do homem e da sua, sempre intacta, riqueza interior. E se a cultura europeia, se o espírito europeu, em muitos dos seus melhores espíritos, manifesta essa conciliação do geral e do particular no sentido

da aplicação da matemática ao real, a unificação da simbólica algébrica e através dela a aplicação do conceito de lei à diversidade do concreto, temos de verificar que têm sido diferentes os caminhos praticados. Mas o espírito é e mesmo. O homem sai do particular pelo abstracto, podendo ir até à lei, para regressar, de novo, ao concreto, onde vive.

Poderemos passar à análise do espírito da Europa nas civilizações industriais que nela nasceram. Poderemos verberar o predomínio da generalidade e do abstracto que trouxe à cultura europeia o iluminismo, o positivismo ou o marxismo. Mas também já poderia fazer-se, nesse campo, o relato empolgante da resistência e vitória do espírito da Europa, com o seu dimensionamento do pessoal e do comunitário, do particular e do geral, na defesa da pessoa contra as massas e da proposta — mais ouvida do que se tem dito — a estas últimas, para passarem da multidão para o espírito comunitário que lhe é superior.

Tudo isto tem sido a luta intransigente do espírito europeu momento a momento, cultura a cultura, ano a ano área por área, desde a filosofia e a ciência, à arte, à oratória, à comunicação social, ao jornal e à escola. Não tem sido fácil essa resistência do espírito europeu, definido como atrás se referiu contra o desequilíbrio que resulta do predomínio do colectivo sobre a pessoa, do abstracto sobre o vivido, das soluções gerais sobre o caso específico. É esse o drama do nosso tempo. Para o enfrentar e como tal resolvê-lo, não tem sido inútil a luta da intelectualidade portuguesa, da sociedade portuguesa, das instituições, da escola, em suma do corpo nacional português, na sua verdadeira expressão. Ainda não há muito tempo saíram do nosso convívio duas figuras altíssimas desta defesa da espiritualidade europeia que em tantos momentos, se distinguiram para garantir a sua verdadeira compreensão, o P. Júlio Fragata e o P. Manuel Antunes.

A cultura portuguesa dos últimos cinquenta anos tem realizado e promovido uma presença, tantas vezes silenciada mas, apesar de tudo eficaz, na defesa (certamente que em Portugal, mas também para além das suas fronteiras), desta mensagem essencial do espírito europeu a que atrás me referi, para o equilíbrio, repito, da pessoa, face ao colectivo, do particular face ao geral e ao abstracto, do mecanismo da objecção, face à pressão do sistema, da superioridade da verdade sobre este último. São estas as imagens modernas do espírito europeu e também nelas sempre tem estado presente a cultura portuguesa. Lembraremos... Para quê lembrar tantos nomes? O que não há dúvida é que a cultura

portuguesa do século xx se tem mantido fiel ao espírito da Europa, sem abdicar da sua dimensão portuguesa.

Por isto, Exm. ºs Senhores, quando se fala, hoje, da integração de Portugal na Europa e de quanto nós devemos estar gratos por isso, penso que se trata, muito mais, do contrário. A Europa da unidade, penso que se trata, muito mais, do contrário. A Europa da unidade, da convergência de civilizações diversas que teve expressão gloriosa mas diversificada, ou mesmo se confrontou em dramáticos conflitos, seja no século xvii seja no século xviii ou no século xx, a Europa, dividida em povos pobres e povos ricos, a partir do industrialismo do século xix, dá com essa decisão, um passo no sentido do espírito de unidade, do espírito de afluência, sem homogeneidade, para a sua intrínseca dimensão. Portanto, recebe-nos nas suas instituições pelo que sempre foi evidente na nossa cultura e civilização.

A entrada de Portugal em instituições europeias, ao ser aí recebia, não deve dar lugar, da nossa parte, a um sentimento de gratidão. É sim, um acto de justiça e de regresso da Europa à compreensão da sua iminente mensagem espiritual e humana que não pode perder-se e que, em nós, sempre esteve presente e dentro da qual sempre vivemos.

J. BORGES DE MACEDO